

FRASES

“O BEBÊ DEU UM SUSPIRINHO E MORREU NOS MEUS BRAÇOS”

(Do soldado Odair Júnior, que ajudou no resgate em Osasco)

“ACIDENTES ACONTECEM. O ERRO FOI A FALTA DE SOCORRO”

(De Manoel Lima, sobre a clínica de repouso quevada ontem)

“EU ACHO QUE MEREÇO OUTRA OPORTUNIDADE”

(De Júlio César Chávez, que perdeu o título mundial)

“A BAIXARIA DELE FOI TÃO GRANDE QUE SÓ POSSO RESPONDER EM UM PROCESSO”

(De Luiz Antônio Fleury, sobre seu ex-padrinho Orestes Quércia)

Judiciário e imprensa

Ives Gandra da Silva Martins

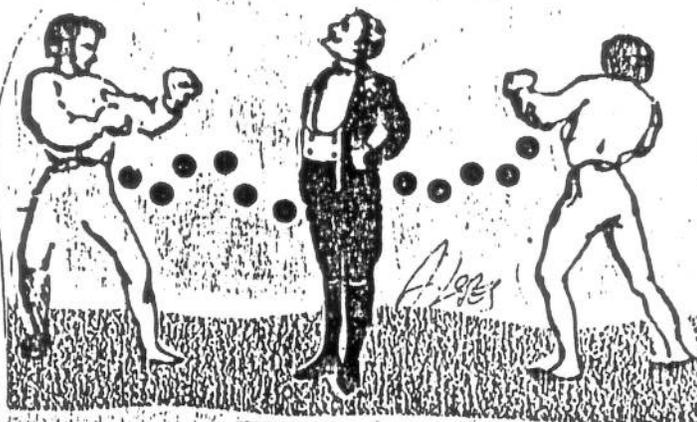
A democracia não é fruto da vontade popular, mas de seus poderes políticos (Executivo e Legislativo), embora tanto a vontade popular seja importante para a escolha de seus representantes como os dois Poderes para produzir as leis necessárias e administrar um Estado, cuja soberania pressupõe a existência de três elementos (território, povo e poder).

Ocorre que, na luta pelo poder, os representantes do povo tendem mais a identificar-se com ele do que com a sociedade, sendo uma constante na História da humanidade que o político ambicione mais estar no governo do que servir aos governados, nem mesmo o “idealismo” filosófico de Hegel tendo superado tal aspecto, nada obstante sua crença de que uma elite bem-intencionada poderia representar o povo independentemente de sua opinião, pela sua maior competência e seu maior preparo em saber o que é o bom e o que é mau para a sociedade.

O certo é que Montesquieu, ao imaginar o poder controlando o poder, em sua teoria tripartida, fê-lo por considerar não ser o homem confiável para exercê-lo.

Ora, nem a vontade popular, nesta luta pelo poder nos regimes democráticos, tem, em face da natureza humana do político, real liberdade de opção — pois apenas pode escolher os que se apresentarem para representá-la, não estando livre da manipulação — nem os políticos, em todos os espaços geográficos e períodos históricos, revestem-se do idealismo que pertence a um autêntico agente público.

Ora, como a luta pelo poder é uma luta de imposição, com utilização de recursos mais ou menos limpos para seu exercício ou con-



É NAS MÃOS DO PODER JUDICIÁRIO E DA IMPRENSA QUE A DEMOCRACIA ESTÁ MAIS GARANTIDA NO BRASIL

quista, há de se compreender que deve ter, a sociedade, organismos próprios para que se defenda desta natureza inconfiável do ser humano, quando investido da função de governar.

Tais organismos, a meu ver, são o Poder Judiciário e a imprensa. O primeiro, por ser um poder técnico, descompromissado com o exercício do poder político que age como um verdadeiro legislador negativo, para preservar as instituições, de um lado, e fazer justiça de outro. O segundo, como um guardião da moralidade, denunciando todos os movimentos capazes de colocar em risco a democracia e, ao mesmo tempo, denunciando a corrupção que detecta para afastar o eleitor, num regime democrático.

É por esta razão que, nos regimes de exceção, são a imprensa e o Poder Judiciário os primeiros a ser atingidos.

Deve-se lembrar que no período de 64 a 85, os atos institucionais não podiam ser discutidos perante o Poder Judiciário e a imprensa era censurada, não tendo a faculdade de criticar o governo.

No Brasil, nada obstante as falhas notórias existentes no Poder Judiciário e na imprensa livre, de longe são estes os verdadeiros poderes democráticos, que garantem a democracia mais do que os poderes políticos espalhados pela Federação brasileira de quase 5 mil entidades.

A Justiça não é mais rápida por: a) falta de recursos; b) excesso de leis processuais criadas pelo Legislativo e sancionadas pelo Executivo; c) excesso de leis inconstitucionais produzidas pelo Legislativo e sancionadas pelo Executivo; d) excesso de recursos protelatórios dos governos das 5 mil entidades, que discutem para não pagar o que devem, mesmo

questões já decididas pelo Supremo Tribunal Federal; d) insuficiência de magistrados (são pouco mais de 10 mil para todo o País, número proporcionalmente muito menor que o da Alemanha por exemplo); f) insuficiência de informatização. Os magistrados, em sua expressiva maioria, são, todavia, de moralidade e conhecimentos superiores aos dos outros dois Poderes.

A imprensa, não poucas vezes, termina por macular injustamente imagem de pessoas inocentes, mas seu papel moralizador é fantástico e sua função de guardião do bom governo, admirável.

Abstraindo os grandes jornais e meios de comunicação, que exercem naturalmente tal função, é comovente ver a luta dos que dirigem pequenos jornais e rádios do interior, na busca de sobrevivência, de um lado, e, de outro, na batalha por exercer essa função profilática para gerar uma democracia vigorosa e justa. E, à evidência, tal exercício de vigilância incomoda aos políticos, como se percebe na tentativa de amordaçar sua voz com o projeto de lei para regular tais atividades, nitidamente voltado à restrição a liberdade de informação e formação.

Estou convencido de que apesar de a democracia ser visualizada pela liberdade de escolha dos representantes populares nos Poderes Legislativo e Executivo, mais garantida está nas mãos do Poder Judiciário e da imprensa, no Brasil.

Ives Gandra da Silva Martins é professor emérito da Universidade Mackenzie